

CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA Nº 01 /2016-AP - TERCEIRO QUADRIMESTRE 2015

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.

No dia vinte e nove (29) do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às 9h no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, em atendimento ao Ofício nº 026/2016/GP/SMA do Executivo Municipal e Edital nº 001/16/AP/MF de 22 de fevereiro de 2016, teve início a presente audiência pública que foi presidida pelo Vereador Carlos Rodnei Ribeiro Jacondino Presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Planejamento, Fiscalização e Controle, sendo que se fez presente o Vereador Cesar Madrid e o Secretário Municipal da Fazenda Fabris Prestes acompanhado da Contadora da Prefeitura Municipal Liliér Becker Damé e do Diretor Geral de Gestão Contábil e Tesouraria Sr. Cesar Thompsee. O Presidente Carlos Rodnei informou que o Edital e o convite para presente audiência foram publicados nos meios de comunicação locais e no site e mural da Câmara. Foi entregue pelo Secretário da Fazenda o Relatório de Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2015, com cópia a todas as bancadas, o qual cópia também se encontra anexado a presente ata. Após dar as boas vindas aos visitantes o Presidente passou a palavra ao Secretário Fabris que comentou alguns pontos demonstrados no relatório falando do déficit negativo de cerca de quatro milhões com relação as despesas devido a queda acentuada no período especialmente do ICMS e INSSQN. A Contadora Liliér que o déficit se deve a diferença entre as receitas, mas que no total não houve gasto maior do arrecadado, havendo resultado nominal bom, com desempenho positivo relativo a receita de juros das aplicações do FAPS, por exemplo, mas algumas receitas se comportaram negativamente e outras não. Vereador Madrid, perguntou que se o que foi previsto foi a mais e que deve ser feito para aumentar a receita fiscal. Resposta: A única receita municipal que se pode mexer é o IPTU e receitas próprias, havendo por parte da Secretaria intenção de combater os sonegadores como meio de aumentar a arrecadação. Vereador Madrid enfatizou que o Prefeito não poderia argumentar nas rádios que não executa obras por diminuição de arrecadação porque se prometeu tem que se virar para executar. Vereador Rodnei, sobre receita patrimonial. Resposta: Que se elevou por causa dos juros da aplicação do FAPS. O Secretário dirigindo-se ao Vereador Madrid disse que as receitas decorrentes de emendas parlamentares são específicas e que os recursos livres é que tiveram queda de receita. Vereador Madrid disse que o município parou com as obras e por isso não tem como explicar faltando organização e gestão no seu ponto de vista por parte do Prefeito Municipal. O Secretário, ao finalizar, disse que as aplicações legais obedeceram aos índices legais tanto na saúde quanto na educação, havendo também o Executivo ficado dentro do

limite prudencial em relação aos gastos com pessoal. Em face da inexistência de questionamentos pelos presentes o Presidente Carlos Rodnei agradeceu a presença de todos e encerrou a presente audiência pública, sendo que a relação dos presentes e assinaturas se encontram em livro de presença próprio na página 051, eu Maribel Rios – Oficial Legislativa lavrei a presente ata declaratória.////

Carlos Rodnei Ribeiro Jacondino

Presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Planejamento, Fiscalização de Controle